

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ANTONIO PEDRO
Rua Marques do Paraná, nº 303, prédio anexo, 6º andar - Bairro Centro
Niterói-RJ, CEP 24033-900
- <https://huap-uff.hubrasil.gov.br>

Orientação - SEI nº 5/2026/USOP/DLIH/GAD/HUAP-UFF-HU BRASIL

Niterói, data da assinatura eletrônica.

**MEMÓRIA DE CÁLCULO DA PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO
DA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS CONTINUADOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL DESARMADA E OPERADOR
DE CFTV - COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS PARA A
COMUNICAÇÃO DA EQUIPE**

Módulo 1 - Composição da Remuneração

A) Salário Base

A estimativa dos salários dos profissionais que serão indicados pelas empresas contratadas, constantes da planilha de custo e formação de preço foi feita a partir da descrição detalhada dos serviços, considerando-se a complexidade destes e o perfil profissional desejado. Os valores dos salários dos profissionais constantes das propostas das empresas licitantes, não poderão ser inferiores aos previstos neste Edital, e seus benefícios devem considerar o determinado no enquadramento sindical pela atividade econômica preponderante do empregador.

GRUPO 1: Contratação de Pessoa Jurídica Especializada na Prestação de Serviços continuados de Vigilância Patrimonial Desarmada e Operador De CFTV - com fornecimento de mão de obra e equipamentos para a comunicação da equipe.				
Item	Descrição	CBO	Salário	Referência
01	Supervisor	5103-10	R\$ 3.052,80	CCT SINSVIGRIO e Tabela salarial 2026
02	Vigilante - Chefe de Turma	5173-30	R\$ 2.034,15	CCT SINSVIGRIO e Tabela salarial 2026
03	Vigilante Monitoramento de aparelhos eletrônicos	5173-30	R\$ 2.034,15	CCT SINSVIGRIO e Tabela salarial 2026
04	Vigilante Desarmado	5173-30	R\$ 2.034,15	CCT SINSVIGRIO e Tabela salarial 2026

B) Adicional de Periculosidade

Conforme previsto na Clausula Sétima - Adicional de Insalubridade e Periculosidade, Parágrafo Segundo da Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato das Empresas de Seg. Privada, Vigilância Patrimonial, Sistemas de Segurança, Escolta, Seg. Pessoal E Cursos De Formação no Estado do Rio de Janeiro - SINDVIGRIO, transcrita a baixo, foi provisionado percentual na estimativa deste órgão:

“Com a normatização da Lei nº 12.740/2012, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, através da Portaria nº 1.885/2013, que aprovou o Anexo 3 da NR 16/MTE, fica estabelecido que as empresas pagarão aos empregados vigilantes e a todos os demais empregados descritos no referido anexo, o adicional de periculosidade na proporção de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultando de gratificações, prêmios ou participações nos lucros das empresas. Em vista da habitualidade do pagamento do adicional de periculosidade, o mesmo incide sobre os adicionais de horas extras, adicional noturno, comissões, férias, 13º salário, FGTS, INSS e Aviso Prévio”.

Fórmula: (Salário base* 30% de Periculosidade)

Importa ressaltar que, no contexto da reforma trabalhista, no que concerne à jornada de trabalho no formato 12x36, a remuneração mensal pactuada engloba os valores devidos relativos ao Descanso Semanal Remunerado (DSR) e ao descanso em feriados. Além disso, consideram-se compensados os feriados e as prorrogações do trabalho noturno, quando aplicáveis, conforme disposto no artigo 70 e no parágrafo 5º do artigo 73 da Consolidação das Leis do Trabalho (§ 1º do artigo 59-A).

Essa modificação promovida pela reforma trabalhista resultou na atenuação das Súmulas que tratavam do adicional relativo à jornada noturna estendida (Súmula nº 60) e da remuneração dobrada dos feriados laborados (Súmula nº 444), respectivamente.

Não existe mais Hora Feriado, nem DSR nos postos 12x36, após a reforma trabalhista (art. 71 §4º da CLT) ou seja, não pode integrar a Remuneração (Módulo 1) da IN 05/17 - Planilha de Custos e Formação de Preços.

D) Previsão de Adicional Noturno

Em decorrência da promulgação da Lei nº13.467/2017, cumpre ressaltar que o entendimento anteriormente estabelecido na Súmula nº 60, que versava sobre a continuidade da hora noturna até o encerramento da jornada, quando esta ultrapassasse o horário das 5h da manhã, não se mostra mais aplicável.

Fórmula: (Salário base+ Insalubridade/Periculosidade) /220 *0,2*7*15

E) Previsão do Adicional da Hora Noturna Reduzida

Em todos os postos de trabalho noturno realizados no período entre 22h e 5h, é necessário observar que, devido à redução das 7 horas noturnas em 52 minutos e 30 segundos, resulta em um total efetivo de 8 horas trabalhadas. Destas 8 horas (7 horas + 1 hora), apenas a última hora é considerada como adicional noturno, uma vez que a primeira hora adicional é fictícia e decorre da referida redução na hora noturna. É imprescindível distinguir claramente essas duas horas adicionais para evitar a configuração de um salário complessivo.

Fórmula: (Salário base + Insalubridade/Periculosidade) /220*0,2*1*15

F) Previsão da Gratificação de Chefe de Turma - Cláusula 27º CCT SINDVIGRIO

Considerando o acordo coletivo da categoria integrante do Sindicato das Empresas de Seg. Privada, Vigilância Patrimonial, Sistemas de Segurança, Escolta, Seg. Pessoal E Cursos De Formação no Estado do Rio de Janeiro - SINDVIGRIO, houve o provisionamento do percentual estabelecido.

Fórmula: (Salário base) * 20%

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias

ITEM	DESCRIÇÃO	%	MEMÓRIA DE CÁLCULO	FUNDAMENTO
A	13º Salário	8,33	$[(1/12) \times 100]$ onde 12 (doze) é nº de meses e 100 (cem) é frequência anual estimada, 100% do salário	IN 05/2017 SEGES
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%*	$ARRED(salário*\%;2)$	Reserva Mensal prevista na Cartilha da Conta Vinculada
Total		20,43%		

* Em 60 meses, o funcionário trabalha 56 meses e recebe 5 férias/13º salários (5/56= 8,93). A IN 05/2017 prevê 9,09%, onde em 60 meses, o funcionário trabalha 55 meses e recebe 5 férias/13º salários. Já o Adicional de Férias: $(1/3)*8,93= 2,98\%$ onde em 60 meses, o funcionário trabalha 55 meses e recebe 5 férias/13º salários. Assim $9,09\% + 2,98\% = 12,07\%$. Usamos a reserva da conta vinculada.

Para Prorrogação de Vigência Contratual e Análise da Repactuação:

ITEM	DESCRIÇÃO	% - 1º VIGÊNCIA	PRORROGAÇÃO	FUNDAMENTO
A	13º Salário	8,33%	8,33%	IN 05/2017 SEGES e Art.7º, VIII, CF/88
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%*	12,10%	Reserva Mensal prevista na Cartilha da Conta Vinculada
Total		20,43%		

ITEM	DESCRIÇÃO	%	MEMÓRIA DE CÁLCULO	FUNDAMENTO
A	INSS	20	ARRED(salário + subtotal do 2.1)*%;2)	Art.22, Inciso I da Lei 8.212/91
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50	ARRED(salário + subtotal do 2.1)*%;2)	Art.3º, Inciso I, Decreto 87.043/82
C	Seguro de Acidente de Trabalho (SAT)	2,46	1%, 2% ou 3% x FAP	RATxFAT - Fundamentação: art. 22, inciso II, alíneas 'b' e 'c', da Lei nº 8.212/91. Conforme documento do e-social.
D	SESC OU SESI	1,50	ARRED(salário + subtotal do 2.1)*%;2)	Art.3º, da lei 8036/90
E	SENAI OU SENAC	1,00	ARRED(salário+ subtotal do 2.1)*%;2)	Decreto 2.318/86
F	SEBRAE	0,60	ARRED(salário+ subtotal do 2.1)*%;2)	Art.8º, Lei 8029/90 e Lei 8154/90
G	INCRA	0,20	ARRED(salário+ subtotal do 2.1)*%;2)	Lei 7787/89 e DL 1146/70
H	FGTS	8,00	ARRED(salário+ subtotal do 2.1)*%;2)	Art.15, da Lei 8036/90 e Art.7º III, CF
36,26%				

Para Prorrogação de Vigência Contratual e Análise da Repactuação:

Não havendo alteração legal, o único item a ser verificado na prorrogação e na repactuação é o item "C".

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários**A) Transporte**

A localização estratégica do Hospital Universitário Antônio Pedro HUAP/Filial EBSEH no centro de Niterói torna o bilhete único uma alternativa vantajosa, especialmente porque oferece uma solução integrada de transporte com tarifas combinadas. O bilhete único permite que os colaboradores utilizem diversos meios de transporte, como ônibus, barcas e catamarãs, mediante um único cartão, o que representa uma opção econômica e prática.

Niterói é uma cidade que possui uma malha rodoviária bem interligada e um sistema de transporte público abrangente. O bilhete único, ao proporcionar flexibilidade e economia em um ambiente urbano onde a mobilidade é crucial, se alinha com a necessidade de otimizar os deslocamentos dos funcionários do HUAP/Filial EBSEH.

Adicionalmente, a escolha pelo bilhete único está respaldada pela Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 05/2017, que, em seu Anexo VII-B, item 2.1, proíbe a Administração de estabelecer no instrumento convocatório "quantitativos ou valores mínimos para custos variáveis decorrentes de eventos futuros e imprevisíveis, tais como o quantitativo de vale-transporte a ser fornecido pela eventual contratada aos seus trabalhadores, ficando a contratada com a responsabilidade de prover o quantitativo que for necessário".

Portanto esclarecemos que a estimativa desta planilha de custo e formação de preço está baseada na quantidade de dias do Acórdão TCU nº 1904/2007 Plenário e no valor do bilhete único se encontra em conformidade com as diretrizes legais e representa uma solução eficiente para as necessidades de transporte dos colaboradores do HUAP.

Fórmula dias: $[(365 / 7) \times 5 - 9] / 12 = 20,98$

Onde:

365 = número de dias no ano
7 = número de dias na semana
5 = número de dias úteis (segunda a sexta)
9 = número de feriados nacionais em dias úteis (média)
12 = número de meses no ano

OBS: No site <http://www.dias-uteis.com/> informa exatamente quantos dias úteis tem no ano.

Inclusive permite que o usuário liste todos os feriados que tem na sua cidade, resultando numa precisão ainda maior do resultado. Todavia, o resultado não costuma ser muito diferente de 251 dias úteis durante o ano.

a.1. Valor referente à tarifa do **Bilhete Único**, com o desconto de 6% do empregado, calculado conforme *Acórdão TCU nº 1904/2007 Plenário*-pág.15 = **20,98** dias úteis, como demonstrado para postos diaristas:

Fórmula = 9,40*2*20,98 - (sal. base *0,06) para diarista

a.2. Valor referente à tarifa **Bilhete Único**, com o desconto de 6% do empregado, calculado por dia efetivamente trabalhados para postos que atuam em escala de 12x36, como demonstrado:

Fórmula = 9,40*2*15 - (sal. base* 0,06) para plantonistas 12x36

B) Auxílio-alimentação

Valor referente ao determinado na Cláusula Oitava - Auxilio Alimentação/Refeição da Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato das Empresas de Seg. Privada, Vigilância Patrimonial, Sistemas de Segurança, Escolta, Seg. Pessoal E Cursos De Formação no Estado do Rio de Janeiro - SINDVIGRIO, no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais). Destaco ainda, que não há previsão de desconto para o funcionário do valor do benefício na ordem de 20%.

Fórmula = VR *20,98 para diaristas

Fórmula = VR *15 para regime de plantonista.

C) Contribuição Assistencial Patronal Anual

Valor referente ao determinado na Cláusula 60º da Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato das Empresas de Seg. Privada, Vigilância Patrimonial, Sistemas de Segurança, Escolta, Seg. Pessoal E Cursos De Formação no Estado do Rio de Janeiro - SINDVIGRIO, no valor atualizado para 2026 de R\$ 44,07 (quarenta e quatro reais e sete centavos).

Fórmula = 44,07(valor da contribuição)/12(periodicidade)

D) Seguro de Vida

Valor referente ao determinado na Cláusula 11º da Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato das Empresas de Seg. Privada, Vigilância Patrimonial, Sistemas de Segurança, Escolta, Seg. Pessoal E Cursos De Formação no Estado do Rio de Janeiro - SINDVIGRIO.

Fórmula = Valor da cota de cada funcionário/12

E) Auxilio Familiar ao Trabalhador

Valor referente ao determinado na Cláusula 10º da Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato das Empresas de Seg. Privada, Vigilância Patrimonial, Sistemas de Segurança, Escolta, Seg. Pessoal E Cursos De Formação no Estado do Rio de Janeiro - SINDVIGRIO, no valor de R\$ 29,66 (vinte e nove reais e sessenta e seis centavos) mensal, sem qualquer desconto no salário do empregado.

Fórmula = 29,66

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

ITEM	DESCRIÇÃO	%	MEMÓRIA DE CÁLCULO	FUNDAMENTO
A	Aviso prévio indenizado ¹	0,42	{[0,05 x (1/12)] x 100} =0,417%≈0,42	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e 491 CLT
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso prévio indenizado.	0,033	[0,08(FGTS)x0,00417 (Av. Prévio indenizado) x100] =0,033%	Súmula nº 305 do TST
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre Aviso Prévio Indenizado - 5% ²	0,20	[(8% x 40%) x 5%] x [1(salário) +5/56(13º) +5/56(férias) +5/168(1/3 de férias)] = 0,19% ≈0,20	Leis n.ºs 8.036/90 e 9.491/97
D	Aviso Prévio Trabalhado ³	1,944	{[(7/30)/12] x 100} = 1,944%	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e 491 CLT.
E	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado.	0,72	(37,07% *1,94%) = 0,072%	
F	Multa FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado-95% ⁴	3,70%	[(8% x 40%) x 95%] x [1(salário) +5/56(13º) +5/56(férias) +5/168(1/3 de férias)] = 3,67% ≈ 3,70%	Percentual obrigatório conforme Anexo XII - IN 5/17 é 4%, onde 0,20%+3,70= 3,90 ≈4%)

Total	7,01%	
-------	-------	--

¹Estimativa de que 5% (cinco por cento) dos funcionários serão substituídos durante um ano;

²Multa de 40% do FGTS, considerando que 5% (cinco por cento) dos funcionários serão substituídos durante a execução do contrato;

³Redução de 7 dias ou de 2h por dia. Percentual relativo a contrato de 12 (doze) meses;

⁴Multa de 40% do FGTS em relação aos trabalhadores inicialmente contratados. No Anexo XII da IN 5/2017 consta uma tabela com a RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS que deve ser feita na CONTA VINCULADA com provisões de multa do FGTS que somam 4%. (suponho a título de arredondamento). Na Lei 13.932/2019, Art. 12, em 1º de janeiro de 2020, ficou extinta a contribuição social instituída por meio do art. 1o da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

Para Prorrogação de Vigência Contratual e Análise da Repactuação:

ITEM	DESCRIÇÃO	% da 1ª VIGÊNCIA	PRORROGAÇÃO
A	Aviso prévio indenizado ¹	0,42	a comprovar
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso prévio indenizado.	0,033	a comprovar
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre Aviso Prévio Indenizado - 5% ²	0,20	manutenção do percentual
D	Aviso Prévio Trabalhado ³	1,944	0,194%
E	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado.	0,72	(D*0,194%)
F	Multa FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado-95% ⁴	3,70%	manutenção do percentual
	Total	7,017%	

Módulo 4 – Custo de Reposição de Profissional Ausente

Submódulo 4.1 – Ausências Legais

4.1	AUSÊNCIAS LEGAIS	%	MEMÓRIA DE CÁLCULO	FUNDAMENTO
A	Férias	0,93%	$((1+1/3)/12)/12 = 0,93\%$ (CV).	Conforme IN 5/2017 e IN 7/2018
B	Ausências Legais ¹	0,28	$(1/30) \times (1/12) = 0,0028 = 0,28\%$	Art. 473 da CLT.
C	Licença a Paternidade ²	0,08	$\{[(5/30)/1/12] \times 6,24\%$ (taxa de fecundidade) *95,04% (participação masculina)=0,0008	Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, § 1º, da CLT.
D	Ausência por acidente de trabalho (5%) ³	0,20	$[(15/365) \times 5\%]= 0,20$	Art. 19 a 23 da Lei 8.213/91.
E	Ausência por Doença ⁴	1,38	$\{[(5/30)/12] \times 100\} = 1,389\%$	Art. 59 a 64 da Lei 8.213/91.
D	Substituto na cobertura de outras ausências (Afastamento a Maternidade)	0,03%	$0,0144 \times 0,1 \times 0,4509 \times 6/12$	Art. 6º e 201 da CF, art. 392 da CLT
	Total	2,90		

¹ Foram considerados para o cálculo: 03 dias por casamento, 2 de morte, 1 dia de afastamento para testemunha, registro do filho e justiça de trabalho, com frequência anual estimada de 5%, 2% e 2% respectivamente;

²Estimativo os funcionários usufruindo 5 (cinco) dias da licença por ano. Taxa de fecundidade = 6,24%. O ônus da licença maternidade é suportada pelo INSS, então calculamos apenas a participação masculina. *Fundamentação: art. 7º, inciso XIX, da Constituição Federal.*; ³ Estima-se o afastamento de 15 dias para 5% do contrato em 1 ano; ⁴Estimativa de 5 (cinco) dias de licença por ano.

⁵ De acordo com dados estatísticos do IBGE, a taxa de natalidade brasileira é de 1,44%. Estima-se que 10% das empregadas engravidam em cada ano de execução contratual. Considerando-se o custo de encargos como sendo 45,09% da remuneração (CPP 20,00% + SAT 4,00% + 13º Salário 9,09% + FGTS 8,00% + Multa Rescisória 4,00%) e que a licença-maternidade dure 6 meses, a provisão para este item corresponde a 0,03%.

Para Prorrogação de Vigência Contratual e Análise da Repactuação:

4.1	AUSÊNCIAS LEGAIS	% DA 1ª VIGÊNCIA CONTRATUAL	PRORROGAÇÃO
A	Férias	0,93%	Manutenção por conta da conta vinculada.
B	Ausências Legais ¹	0,28	Manutenção do %
C	Licença a Paternidade ²	0,03	Comprovar
D	Ausência por acidente de trabalho (5%) ³	0,20	Comprovar
E	Ausência por Doença ⁴	1,38	Comprovar
D	Substituto na cobertura de outras ausências (Afastamento a Maternidade)	0,03	Comprovar

Total	2,85	
-------	------	--

Submódulo 4.2 – Intranjornada

4.2. Adicional de Intranjornada - Não se aplica.

Módulo 5 - Insumos Diversos

A) Equipamento/Uniforme

Os valores e as evidências encontrados para este item está no relatório de preço e na PCFP, elaborado pela Comissão de Planejamento da Licitação.

HUAP - EQUIPAMENTOS						
Item	Descritivo	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Vida Útil	Valor Mensal
1	Livro de Ocorrências	3			12	
2	Lanterna Led recarregável	22			60	
3	Rádios de comunicação- UNID	22			60	
4	Porta rádio de cintura	22			60	
5	Ponto Eletrônico	2			60	
6	Crachá	1			12	
Total Global						
Total por mês funcionário						

HUAP - UNIFORME					
Item	Descritivo	Quantidade por funcionário	Quantidade anual	Valor Unitário	Valor Total por Funcionário
1	Calça	3	6		
2	Camisa de mangas curta	3	6		
3	Cinto de Nylon	1	2		
4	Botas (tipo coturno)	1	2		
5	Meias	5	10		
6	Jaqueta de frio	1	1		
7	Capa de chuva	1	1		
8	Guarda-chuva	1	1		
9	Apito/Cordão	1	1		
Total do Custo de Uniforme por funcionário anualmente					R\$ 0,00
Total mensal para PCFP = /12					anual/12

OBSERVAÇÕES:

- A Contratada deverá disponibilizar e manter constantes, durante o período de vigência contratual, todos os itens listados acima, devendo repor imediatamente qualquer equipamento danificado;
- Esta relação não é exaustiva, devendo a Contratada fornecer todos os equipamentos necessários à execução dos serviços, objeto deste Termo de Referência conforme Normas Regulamentadoras;
- A Contratada deverá disponibilizar e manter constantes, durante o período de vigência contratual seus funcionários (contratações efetivas, novas ou temporárias) devidamente identificados com o crachá de tecnologia descrita acima.
- Ao término contratual, os equipamentos utilizados serão de propriedade da Contratada. O valor pago pela Contratante limita-se a compensação da depreciação ocasionada pelo uso dos equipamentos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos

No que concerne à composição dos Custos Indiretos, Lucro e Tributos na Planilha de Custos e Formação de Preços (PCFP), esclarece-se que a metodologia adotada observa rigorosamente o arcabouço normativo aplicável, notadamente a Lei nº 13.303/2016, a Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, os normativos internos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), bem como a jurisprudência consolidada dos órgãos de controle, em especial do Tribunal de Contas da União.

Os Custos Indiretos deverão ser estimados de forma compatível com as despesas estruturais necessárias à execução contratual, compreendendo, entre outros, os custos administrativos, operacionais e de suporte, tais como gestão de pessoal, estrutura organizacional, programas obrigatórios de saúde e segurança do trabalho (a exemplo de PGR e PCMSO), supervisão técnica,

preposto, logística operacional, seguros, garantias contratuais e demais encargos não diretamente vinculados à execução imediata do objeto. Para fins de uniformização e aferição da exequibilidade das propostas, adota-se como referência o patamar de 2,00%, sem prejuízo da responsabilidade da licitante pela adequada composição de seus custos.

A margem de lucro deverá ser fixada em percentual compatível com o segmento econômico envolvido, observando-se o necessário equilíbrio entre a atratividade da proposta e a manutenção da vantajosidade para a Administração Pública. Como parâmetro de referência, considera-se adequado o patamar de 3,90%, vedada a adoção de margens excessivas ou insuficientes que possam comprometer a exequibilidade ou a regular execução contratual.

No tocante à tributação, a licitante deverá observar o regime de apuração ao qual está submetida, promovendo o adequado enquadramento e a correta demonstração dos tributos incidentes, mediante apresentação de documentação fiscal idônea, tais como DCTF, GFIP, EFD-Contribuições e demais obrigações acessórias pertinentes.

Para as empresas submetidas ao regime de lucro real, os tributos sobre o lucro incidem sobre o resultado efetivamente apurado, devendo sua repercussão econômica estar refletida na estrutura global da proposta.

Por sua vez, as empresas optantes pelo regime de lucro presumido estão sujeitas à incidência tributária sobre base de cálculo previamente definida pela legislação, independentemente do resultado efetivo. Para fins de análise da consistência das propostas, considera-se a base presumida de 32% sobre a receita bruta, sobre a qual incidem as alíquotas de 15% para o IRPJ e 9% para a CSLL, resultando em carga tributária efetiva de 7,68%.

Ressalta-se, contudo, que, nos termos do entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União, notadamente no Acórdão nº 950/2007 – Plenário, os tributos IRPJ e CSLL não devem ser lançados como itens autônomos na Planilha de Custos e Formação de Preços, por incidirem sobre o resultado da empresa, devendo estar absorvidos na margem de lucro.

No que se refere ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), deverá ser observada a alíquota vigente no município de execução do contrato, adotando-se, para fins de referência, o percentual de 2% (dois por cento), conforme legislação tributária do Município de Niterói, em consonância com a Lei Complementar nº 116/2003.

Quanto às contribuições ao PIS e à COFINS, é obrigatória a observância do regime de incidência não cumulativa, quando aplicável, sendo vedada a utilização das alíquotas nominais integrais (1,65% e 7,60%) sem a devida consideração dos créditos fiscais legalmente admitidos. As licitantes deverão, portanto, consignar em suas propostas as alíquotas efetivamente recolhidas, apuradas com base na média dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, conforme registros constantes da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições (EFD-Contribuições).

Na ausência de série histórica completa, admite-se a apuração com base nos períodos disponíveis, desde que devidamente justificada e comprovada por documentação idônea.

A Administração procederá à verificação da compatibilidade entre os percentuais informados e a realidade fiscal da licitante, podendo diligenciar para fins de comprovação, com vistas à preservação da isonomia, da competitividade e da consistência da formação de preços.

Por fim, para fins de padronização metodológica e adequada incidência dos tributos sobre a base econômica pertinente, deverá ser observada a seguinte estrutura de cálculo:

Cálculo: $\{[Total (Remuneração + Encargos Sociais + Insumos) + Total (Custos Indiretos + Lucro)] \times [1 \div (1 - (COFINS + PIS + ISS))]\}$

Tal metodologia assegura a correta internalização da carga tributária na formação do preço final, garantindo que a proposta reflita, de maneira fidedigna, os custos, despesas e encargos efetivamente suportados pela futura contratada, em estrita observância aos princípios da legalidade, isonomia, economicidade e vantajosidade da contratação pública.

IMPORTANTE:

- 1. Para compor os preços de referência, a Administração elaborou planilhas de custos e formação de preços levando em consideração as obrigações dispostas na **Convenção Coletiva 2024/2025**, e os salário ATUALIZADOS DE 2026, firmado pelo Sindicato **SINDVIGRIO**.
- 2. A taxa de administração, o lucro foi estimado com base nas disposições contidas na **IN/SLTI/MPOG Nº 05/2017**. Os tributos foram calculados com base na **Instrução Normativa SRF nº 480/2004** e alterações, que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas
- 3. A estimativa de lucro utilizada para cálculo dos valores limite derivam de estudos realizados pela Fundação Instituto de Pesquisas (FIA) e correspondem à 3,90%:

Optantes do Lucro Real	CUSTOS INDIRETOS TRIBUTOS E LUCRO	
	Máximo	Mínimo
Custos indiretos	3,00%	2,00%
Tributos	14,25%	8,20%
PIS	1,65%	0,57%
COFINS	7,60%	2,63%
ISS	5,00%	5,00%

Lucro	6,79%	3,90%
Custos indiretos, tributos e lucro	30,45%	16,04%

Optantes do Lucro Presumido	CUSTOS INDIRETOS TRIBUTOS E LUCRO	
	Máximo	Mínimo
Custos indiretos	6,00%	3,50%
Tributos	8,65%	8,20%
PIS	0,65%	0,57%
COFINS	3,00%	2,63%
ISS	5,00%	5,00%
Lucro	6,79%	3,90%
Custos indiretos, tributos e lucro	25,35%	17,75%

EPC do Serviço de Vigilância Desarmada



Documento assinado eletronicamente por **Halisson Vilar Da Silva, Chefe de Unidade**, em 11/06/2026, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Christiano Andrade de Oliveira, Assistente Administrativo**, em 11/06/2026, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **61764127** e o código CRC **2E21C2D7**.

Referência: Processo nº 23818.010705/2025-92 SEI nº 61764127